

GUTENBERG E O LETRAMENTO DO OCIDENTE

Marcos Henrique Camargo Rodrigues *

Resumo: A intenção deste artigo é apresentar de maneira dinâmica e sintética alguns conceitos acerca da emergência e afirmação da cultura letrada a partir do século XVI europeu, trazendo em perspectiva a invenção da imprensa gráfica e suas consequências para o letramento das populações dos países ocidentais, assim como detectar suas profundas influências filosóficas, políticas e sociais, que permearam as instituições culturais nos séculos que construíram a modernidade.

Palavras-chave: Imprensa. Letramento. Modernidade. Mídia.

GUTENBERG AND THE WESTERN LITERACY

Abstract: This article intend to present, in a synthetic and dynamic manner, some concepts about the apprising and setting of an writing culture that begun in the European XVI century, considering the invention of the press and its consequences to the literacy in the western countries, also in order to detect its deeply philosophic, political and social influences that transformed the cultural institutions in those centuries when was building the modernity.

Keywords: Press. Literacy. Modernity. Media.

O desenvolvimento do impresso

A tipografia não se adicionou simplesmente à arte da escrita, como o automóvel não se adicionou ao cavalo.
Herbert Marshall McLuhan

Mesmo antes da invenção da escrita tipográfica o registro dos textos era feito em vários materiais. Entalhavam-se escrituras em madeira, mármore, cerâmica ou pintavam-nas em tabuletas, tecidos, pergaminho ou papel. Há muito já existiam cartazes, mapas e livros, semelhantes aos que são utilizados hoje.

O ato da leitura, no entanto, permaneceu público por muitos séculos, tal como se dava com o discurso oral. A palavra, mesmo escrita, estava submetida à atenção do grupo social. Não era de bom tom interpretá-la de maneira silenciosa e solitária, inclusive porque o grande número de analfabetos clamava pela chance de ouvir alguém que pudesse ressuscitar as palavras da superfície estática do papel, dando-lhes vida, de modo que fecundassem o ouvido humano com as luzes de uma sabedoria longínqua.

Se os livros eram principalmente lidos em voz alta, as letras que os compunham não precisavam ser separadas em unidades fonéticas; bastava amarrá-las juntas em frases contínuas. A antiga escrita em rolos – que não separava as palavras, não distinguia maiúsculas nem usava pontuação – servia aos objetivos de

alguém acostumado a ler em voz alta, alguém que permitiria ao ouvido desembaralhar o que ao olho parecia uma linha contínua de signos. A separação das letras em palavras e frases desenvolveu-se muito gradualmente (MANGUEL, 1997).

Com a crescente demanda por publicações, os copistas profissionais eram pressionados a enriquecer o texto escrito com sinais que facilitassem a leitura daqueles que nunca haviam lido um determinado livro e pudessem compreendê-lo sem tanto esforço.

Depois do século VII, uma combinação de pontos e traços indicava uma parada plena, um ponto elevado ou alto equivalia a nossa vírgula e o ponto e vírgula era usado como o utilizamos atualmente. Essas providências garantiram mais independência ao leitor, permitindo-lhe ler em voz alta os textos desconhecidos, como também no silêncio de seu recolhimento reflexivo. No século IX, é provável que a leitura silenciosa já fosse suficientemente comum no *scriptorium* para que os escribas comesçassem a separar cada palavra de suas vizinhas com vistas a simplificar a leitura. Isso também permitiu uma identificação mais clara dos elementos da oração, tais como sujeito, predicado, objetos, adjetivos, complementos, contribuindo para o estudo da gramática.

No século X, para facilitar ainda mais a tarefa do leitor silencioso, as primeiras linhas das seções principais de um texto (os livros da Bíblia, por exemplo) eram comumente escritas com tinta vermelha, assim como o aparecimento das *rubricas* ("vermelho", em latim), como explicações independentes do texto propriamente dito. Mais tarde, a primeira letra dos parágrafos passou a ser escrita um pouco maior ou em maiúscula.

No final do medievo já eram comuns os textos impressos. Embora não tenha sido apenas Johannes Gutenberg o único a pesquisar uma forma de imprimir textos, a sua ideia de um tipo móvel de metal, que podia juntar-se a outros para formar palavras, frases encadeadas em linhas ordenadas, foi o modelo que obteve maior sucesso, em vista de sua eficiência e economia. Entre 1450 e 1455, Gutenberg produziu uma Bíblia com 42 linhas por página – o primeiro livro impresso com tipos – e levou as páginas impressas para a Feira Comercial de Frankfurt. Os efeitos da invenção de Gutenberg foram instantâneos e de alcance extraordinário, pois quase imediatamente muitos leitores perceberam suas várias vantagens: grande capacidade de produção, velocidade na distribuição, uniformidade de textos, custo menor.

A cópia manuscrita de originais era muito cara e bem controlada pela corporação dos copistas, pela Igreja e pelo Estado, por isso disponível apenas aos mais ricos e influentes. O livro impresso representou não apenas uma opção de qualidade e mais acessível comercialmente, como também aumentou incrivelmente a liberdade da sociedade com relação à leitura; foram afrouxadas as proibições devido à impossibilidade de controlar uma demanda crescente por livros de todos os tipos.

Poucos anos depois da impressão da primeira Bíblia, máquinas impressoras estavam instaladas em toda a Europa: em 1465 na Itália, 1470 na França, 1472 na Espanha, 1475 na Holanda e na Inglaterra, 1489 na Dinamarca. A imprensa não demorou a alcançar o Novo Mundo: os primeiros prelos foram instalados em 1539 na Cidade do México e no ano de 1638 em Cambridge, Massachusetts (MANGUEL, 1997). Mas, apenas em 1808 (mais de duzentos anos depois de chegar às Américas) a tipografia aporta definitivamente no Brasil, com a vinda da família real portuguesa.

A rápida expansão da indústria tipográfica na Europa e no Novo Mundo deveu-se a uma conjunção de importantes fatores. A demanda pela leitura era muito maior do que as cópias manuscritas podiam suprir. Ideias novas estavam fermentando nas cabeças privilegiadas do renascimento, ávidas por transmitir suas novas cosmovisões para quem quisesse conhecer um novo mundo que os artistas e intelectuais sonhavam para as artes e ciências. Além disso, a Reforma protestante colocada em marcha por Martinho Lutero, Calvino e outros, a partir de 1517, tinha como um de seus pilares filosóficos a possibilidade do cristão comunicar-se diretamente com Deus, sem o concurso de intermediários. Mas onde estava Deus para participar desse diálogo com seus filhos esperançosos da salvação? Em um livro – a Bíblia. De modo que para falar com Deus o protestante precisava saber ler a Bíblia. Pelo lado da Contra-Reforma católica, o livro também ganhou importância como veículo ideológico, em que pensadores e artistas católicos produziam suas obras em defesa de Roma.

Embora o latim continuasse a ser a língua da burocracia, dos assuntos eclesiásticos e da intelectualidade de boa parte da Europa até o século XVII, no começo do século XVI as línguas vernáculas estavam ganhando terreno. Em 1521, Martinho Lutero começou a publicar sua Bíblia em alemão; em 1526, Willian Tyndale trouxe a lume em Colônia e Worms sua tradução inglesa da Bíblia, já que fora

forçado a deixar a Inglaterra sob ameaça de morte; em 1530, na Suécia e na Dinamarca, um decreto governamental determinou que a Bíblia deveria ser lida em vernáculo nas igrejas.

Os escribas, cujo negócio era ameaçado pela nova tecnologia, deploraram desde o início a chegada da imprensa gráfica. Para os homens da Igreja, o problema básico era que os impressos permitiam aos leitores que ocupavam uma posição subalterna na hierarquia social e cultural estudar os textos religiosos por conta própria, em vez de confiar no que as autoridades eclesiásticas lhes ensinavam. O surgimento de jornais no século XVII aumentou a ansiedade sobre os efeitos da nova tecnologia. Na Inglaterra, na década de 1660, sir Roger L'Estrange, o censor-chefe de livros, ainda questionava se “mais males que vantagens eram ocasionados ao mundo cristão pela invenção da tipografia” (BRIGGS, BURKE, 2004, p. 99).

Quando uma nova tecnologia é introduzida no ambiente social, ela não cessa de agir nesse ambiente até a saturação de todas as instituições. A tipografia influenciou em todas as fases de desenvolvimento das artes e das ciências nos últimos quinhentos anos. Seria fácil documentar os processos pelos quais os princípios da continuidade, uniformidade e repetibilidade se tornaram as bases do cálculo da mercadologia, da produção industrial e das ciências. (MCLUHAN, 2003, p. 203).

O impresso como mídia

A escrita e, com mais ênfase, a tipografia são meios de tecnologizar a palavra. O impresso é a primeira grande mídia de massa da história ocidental.

Há várias definições para a palavra “mídia”, mas uma aqui nos interessa de perto. Mídia significa um meio físico tecnológico que serve como veículo por meio do qual se transporta uma mensagem no espaço e no tempo. Segundo essa definição, não apenas o livro, mas o jornal, o folheto, mapas, calendários etc. se encaixam comodamente como sendo tipos de mídia, cuja principal mensagem encontra-se no conteúdo abstrato decodificado de seus textos. Embora o impresso seja o registro de formas, isto é, de formas icônicas e alfabéticas impressas sobre papel e decifradas com o auxílio do olho, o sentido das mensagens veiculadas pelo impresso provém do significado contido em suas palavras.

A escrita, especialmente a impressa, já pode ser chamada de mídia porque ela não se insere num contexto. A escrita é uma via de mão única que não considera

a resposta do leitor, tornando-se assim muito semelhante às demais mídias de massa, cujos emissores não se encontram presentes no mesmo ato de comunicação em que estão os receptores.

Há mais de quarenta anos (1964), Herbert Mcluhan escreveu que “qualquer estudante da história social do livro impresso possivelmente ficará intrigado com a falta de compreensão dos efeitos psíquicos e sociais causados pela imprensa” (2003, p. 197). Hoje, tais pesquisas já se encontram presentes justamente porque, como disse o linguista canadense em outra ocasião, somente quando nos encontramos no limiar entre uma era e outra podemos entender mais profundamente o período que está se tornando história.

Em primeiro lugar, é preciso distinguir o alcance social da influência da escrita manufaturada, em relação à escrita impressa. Enquanto a escrita era conhecida e utilizada apenas por uma elite pensante e governante, as sociedades constituíam-se por meio das tradições orais, porque a esmagadora maioria não experimentava os efeitos cognitivos e intelectuais da leitura. Porém, com a invenção da imprensa de tipos móveis, o baixo custo dos livros coincide com a crescente alfabetização da população europeia, quando tem início grandes transformações culturais.

Na Nova Inglaterra, a porcentagem da população alfabetizada cresceu para 50% durante a primeira metade do século XVII e ampliou-se para mais de 70% por volta de 1710; ao tempo da Revolução Americana, atingiu cerca de 90%. Alguns estudiosos chegam a dizer que tais níveis de alfabetização deveram-se a um efeito colateral da fé puritana, que pregava a importância de se ler a Bíblia. No País de Gales, a alfabetização ampliou-se velozmente durante o século XVIII, quando Griffith Jones desenvolveu um sistema de escolas itinerantes, que auxiliaram todos a ler a Bíblia em galês. Acredita-se que em 1750, o País de Gales ostentava a maior população letrada do mundo ocidental. Historicamente, portanto, os índices de alfabetização nos países reformistas do norte da Europa sempre foram elevados; em 1686 uma lei religiosa do Reino da Suécia (que à época incluía também a Finlândia e a Estônia) estimulou o letramento e, cem anos depois, ao fim do século XVIII, o nível de alfabetização alcançou quase 100%.

A partir do momento em que a cultura tipográfica impõe-se à cultura oral secundária e que a maioria da sociedade (europeia e norte-americana) ocidental é composta de indivíduos letrados, então podemos considerar os efeitos culturais causados pelo letramento em sua modalidade impressa.

O pensamento humano se processa por meio de vários conjuntos de signos (linguagens) de modo a elaborar ideias, conceitos e comunicar sentimentos, tanto quanto manipular e construir as coisas. Portanto, são as linguagens que estão por detrás das formações culturais e a veiculação de seus textos através das mídias influencia a forma como se apresenta uma determinada cultura.

O poder fracionador e analítico da palavra impressa sobre a nossa vida psíquica deu-nos aquela 'dissociação da sensibilidade', que é o primeiro item que se procura eliminar das artes (...) Esta mesma separação entre visão, som e significado, peculiar ao alfabeto fonético, se estende também aos seus efeitos sociais e psicológicos. O homem letrado sofre uma compartimentação de sua vida sensória, emocional e imaginativa. (MCLUHAN, 2003, p. 198).

A tipografia não inventou a simetria, a uniformidade, a linearidade, nem sequer a lógica, uma vez que tais conceitos são conhecidos dos seres humanos desde tempos imemoráveis. Contudo, a regularidade homogênea com que as palavras são dispostas em um impresso, a isonomia gramatical de seus textos, a uniformidade da morfologia e ortografia oferecem tamanha materialidade e densidade concreta a esses conceitos, que ao cabo de quinhentos anos a cultura ocidental já se havia rendido completamente aqueles valores, constituindo com eles as suas principais instituições sociais.

Vale dizer em tese, que a cultura reproduz em suas instituições os códigos da linguagem hegemônica. Ou seja, quando se pretende conhecer o funcionamento interno de uma sociedade é muito útil entender a "gramática" de sua linguagem hegemônica.

Modernidade

A chamada Era Moderna, para alguns historiadores, teve início por volta de 1453, ano da queda de Constantinopla para os Turcos (data que simboliza o fim do medievo ocidental), e segue até 1789, ano da Revolução Francesa. Em outras palavras, também se pode dizer que esse período vai desde a invenção da prensa gráfica até a Revolução Industrial, embora possa se estender um pouco mais, atingindo meados do século XX. Mas circunscrever percursos históricos tão abrangentes e aprisioná-los em datas tão precisas só nos conduz a erros conceituais. Por isso, é melhor entendermos o que caracteriza a Era Moderna, do

que tentar encaixá-la nos séculos a disposição.

De fato, o termo “moderno” gera um pouco de confusão, especialmente quando o traduzimos por “novo”, enquanto percebemos que existem períodos mais recentes, como o contemporâneo ou pós-moderno. A palavra “moderno” foi criada no latim tardio com a junção dos termos *modus + hodiernus*, isto é, modo atual, momento presente, novo, recente. Portanto, pode-se dizer que o conceito de Era Moderna – embora o termo “moderno” já fosse utilizado séculos antes – foi aplicado por historiadores e filósofos do Renascimento com o objetivo de fixar uma diferença entre seu tempo e aquele protagonizado pelos antigos regimes ainda aferrados aos valores medievais.

A modernidade foi preparada, de certo modo, pela Renascença. E o que havia renascido na Europa foram as referências de toda sorte aos valores artísticos e filosóficos da antiga cultura greco-romana, em oposição à escolástica. Era o retorno a um pensamento original, que havia sido abafado durante os aproximadamente mil anos do período medieval. Aliás, Idade Média foi um termo cunhado pelos modernos para designar o período interstício que separou a antiguidade clássica da modernidade.

Assim como ocorre com qualquer “era”, a modernidade teve um princípio incerto e pouco promissor, em que se deu a emergência do Estado absolutista, o cartesianismo, as grandes descobertas ultramarinas e suas subseqüentes colonizações, além do embate político-religioso entre católicos e protestantes que perdurou por séculos. A era moderna também viu o desenvolvimento da economia de mercado, primeiramente por meio do mercantilismo, em que predominava o extrativismo vegetal e mineral (ouro e prata da América ibérica, especiarias da Ásia) e a pirataria corsária. No século XVIII surgem em maior número as manufaturas e, posteriormente, a indústria baseada no carvão e no petróleo.

Todas as revoluções ocorridas no período compreendido pela era moderna ajudaram a consolidar a cultura ocidental. É certo dizer também que a tipografia influenciou decisivamente as transformações históricas, servindo de suporte para a transmissão dos conhecimentos e como matriz lógica do pensamento que contribuiu para uma mudança de mentalidade.

Os que pretendiam manter o estado de coisas tal como era muito fizeram para deter o avanço das ideias modernas, procurando encarcerar seu principal veículo de divulgação – o livro. Para isso recorreram à censura, à exacerbação do preconceito,

tanto quanto ao temor religioso da sociedade, com relação ao distanciamento intelectual que o livro provocava naqueles que se aventuravam pelas suas páginas, deixando-se levar pela imaginação suscitada por histórias impróprias para a salvação das almas.

Os perigos da leitura de ficção, especialmente para as mulheres, eram usualmente discutidos por escritores homens a partir do início do século XVI. Como no caso do teatro, os romances eram temidos por seu poder de despertar emoções perigosas, como o amor. Alguns homens pensavam que as mulheres não deveriam aprender a ler, pois poderiam receber cartas de amor (...) Outros opinavam que as mulheres podiam ler um tanto, mas somente a Bíblia ou livros religiosos. Uns poucos bravos argumentavam que as mulheres de classe alta podiam ou deveriam ler os clássicos. (BRIGGS, BURKE, 2004, p. 70).

Por outro lado, o relacionamento com a leitura prosseguia de modo crescente. Para os padrões da época, o livro impresso espalhou-se como fogo em palha seca, incendiando a imaginação de toda Europa, fossem comunidades protestantes ou católicas. Na metade do século XVI, um leitor poderia escolher entre mais de oito milhões de livros impressos, “talvez mais do que todos os escribas da Europa haviam produzido desde que Constantino fundara sua cidade no ano de 330” (MANGUEL, 1997, p. 145).

“A unificação política das populações por meio de agrupamentos vernáculos e lingüísticos não foi possível até que a imprensa transformasse cada idioma em meio de massa extensivo” (MCLUHAN, 2003, p. 202). Pela primeira vez na história ocidental começa a surgir o que mais tarde ficará conhecida como “opinião pública”, forjada lentamente pela leitura de jornais e livros. O público leitor se expande consideravelmente, em vista dos antigos grupos tradicionalmente vinculados à leitura, como os autores, copistas, religiosos e aristocratas. A par com uma lenta urbanização nesse início de revolução industrial, uma burguesia ascendente vinha alimentando a indústria tipográfica e lendo não apenas romances ou livros religiosos, mas ciência e, principalmente, filosofia iluminista.

O papel central desse movimento (Iluminismo) foi desempenhado por pensadores franceses, os chamados *philosophes*, dentre eles Voltaire (1694-1778), Rousseau (1712-78), Diderot (1713-84) e D’Alembert (1717-83). Designando a si mesmos como “homens de letras”, muitas vezes foram descritos como os primeiros intelectuais, independentes de patronos, no sentido de serem críticos sistemáticos

do regime sob o qual viviam. Eles buscaram difundir amplamente sua mensagem, dentro e fora da França, tanto para mulheres quanto para homens (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 103).

O principal movimento filosófico da modernidade não poderia ter existido sem a participação do livro e de seus leitores. A indústria literária praticamente pôs em marcha as revoluções sociais que iriam inflamar o cenário mundial até hoje. Na medida em que mais e mais pessoas penetravam o mundo da leitura, entravam pelas portas de um novo tempo do qual se negavam a retornar. Mundos utópicos, existentes apenas no imaginário de escritores e leitores contrastavam gritantemente com a realidade em que estavam imersos. Livros sobre os direitos dos homens, sobre sua igualdade fundamental e a necessidade da busca da felicidade inflamaram a consciência de milhões de pessoas. De modo que, a distância entre o que o mundo era e o que o mundo poderia ser, esgarçou a fé pública na aristocracia e plantou as sementes das revoluções burguesas, cujas mais notáveis foram a revolução americana e a francesa.

Por outro lado, a impressão de caracteres tipográficos alfabéticos, em que cada letra é gravada em uma peça separada de metal, assinalou uma ruptura psicológica. Ao transformar a escrita numa espécie de produto, foi a tipografia que introduziu pela primeira vez a ideia de “industrialização” de uma mercadoria. A primeira linha de montagem, uma técnica de manufatura que, em uma série de etapas fixas, produz objetos complexos, idênticos, compostos de partes substituíveis, não era do tipo que fabricava fogões, sapatos ou armas, mas do tipo que produzia o livro impresso. Em fins do século XVIII, a revolução industrial começou a aplicar em outras manufaturas as técnicas de substituição de partes com que os impressores haviam trabalhado durante 300 anos (ONG, 1998).

A escrita impressa foi gradativamente se popularizando no ocidente e em meados do século XIX havia atingido seu apogeu como principal mídia de transmissão de conhecimentos. A literatura, paulatinamente, foi refletindo e também reafirmando o movimento de privatização da cultura, em que se substituíam epopéias heróicas por protagonistas de dramas pessoais. Assim, o livro ajudou sobremaneira a incorporação psicológica e social do individualismo moderno.

Como quase todas as instituições sociais mais importantes, o Estado, a religião, a ciência, a filosofia e outros valores culturais mudaram muito nos últimos quinhentos anos. As transformações que estas instituições sofreram foram

influenciadas fortemente pela tipografia.

[A partir da Renascença] o sistema racional da representação lingüística se torna representativo para todas as outras ordens científicas e culturais, como a pintura, a do sistema econômico do dinheiro e a das riquezas ou das ciências naturais. A ordem da razão lingüística determina, assim, a ordem das coisas em geral. (SANTAELLA; NÖTH, 2005, p. 24).

As novas ideias filosóficas e científicas, cuja proliferação ampliou-se com o auxílio das publicações, não só criaram o novo método de observação do real, como permitiram o emprego da lógica e da eficiência técnica na produção de mercadorias em manufaturas racionalmente organizadas, dando início à revolução industrial.

A impressão não apenas influenciou o cientificismo, como era influenciada pelos resultados espantosos da tecnologia ocidental, reforçando as convicções racionalistas, progressistas e mecanicistas. Portanto, para se ter um Estado capaz de dar conta dos novos desafios da era moderna, ele também precisava ser racionalista, progressista, positivo, objetivo, imparcial. Sua formação não comportava mais as idiosincrasias do período aristocrático. Era preciso dar-lhe uma constituição denotada, lógica, histórica, universal. As leis não deviam mais espelhar as distinções herdadas da monarquia absolutista, porém a igualdade de direitos sugerida com a homogeneidade padronizante da lógica lingüística embutida nos livros. O sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), propugnando por uma autoridade racional legal enfatizou o crescente uso da racionalidade prática como um tipo de administração mais impessoal. A impessoalidade – virtude republicana – torna-se mais aplicável devido à descontextualização provocada pela escrita, geratriz da objetividade imparcial.

Por sua vez, a escola devia também sofrer suas transformações modernizantes. Não seria mais privilégio de classe, mas entraria para o esforço nacional pela instrução pública (homogeneizante), complementando sua função com a nobre tarefa de formar os cidadãos para o trabalho industrial. A escola refletiria o ambiente da fábrica, com capatazes, linhas de produção, uniformes, sirenes, horários, tarefas, hierarquia, disciplinas, testes e promoções.

Para escapar da informalidade subjetiva dos estudos praticados antes do período moderno, a escola tipográfica também adotou a linearidade e sequencialidade em vários de seus aspectos, tais como na divisão em anos de

estudos e na progressividade linear dos conhecimentos, aplicados aos alunos conforme seu desenvolvimento intelectual e etário. A linha reta também pode ser vista na sala de aula ao observar-se as cadeiras dos alunos em relação à mesa do professor, as filas em ângulos retos e a própria arquitetura dos prédios escolares.

A verticalização também é reproduzida, tendo como base da hierarquia o aluno, seguido dos inspetores, bedéis, professores, coordenadores e diretores. Por outro lado, a descontextualização é incentivada, de modo a priorizar-se a teoria – o “próprio” da escola moderna –, como também a impessoalidade do estudo, que deve garantir a objetividade do conhecimento. Assim, a escola moderna não deve ensinar o que as coisas são, mas como devem ser.

Na escola moderna aprende-se aquilo que é ideal, de modo a incutir no aluno o desejo de uma sociedade idealizada de maneira lógica, que deve garantir a homogeneização dos direitos aos recursos da produção social. Por fim, todo o conhecimento a ser introduzido nas mentes estudantis deve estar isento de dúvidas, de duplos sentidos (conotação), de modo a lhes introjetar a exata noção do certo e do errado.

A linguagem e o Estado

No entanto, processos que são considerados “democráticos” e “libertadores”, tais como as campanhas de alfabetização, de aumento das oportunidades e dos recursos educacionais, estão muitas vezes conjugados com processos de padronização da língua, que são menos obviamente democráticos e libertadores. A chave da unidade profunda desses processos é a função, que eles vão assumindo, de instrumentos para o aumento do controle do Estado sobre faixas menos controláveis da população (GNERRE, 2003).

A concepção de língua nacional aparece com o surgimento dos Estados modernos. Foi depois da Revolução Francesa que os dialetos regionais foram substituídos pelo dialeto de Paris e que o francês, dialeto da região de Île-de-France, passou a ser considerado língua nacional. (...) A Itália só termina seu processo de unificação política em 1870 e apenas então aparece aí uma língua nacional, que teve como fundamento o dialeto florentino (toscano). (...) A política lingüística do Estado espanhol, durante o governo de Franco, quando proibia o ensino e o uso oficial do basco, do catalão e do galego, tinha como objetivo promover a unificação nacional, de que falava Stalin. (FIORIN, 2005, p. 71-72).

O Estado é uma das instituições sociais do ocidente que nos parece mais influenciado pelos efeitos modelizantes do letramento. A existência do Estado moderno está garantida pelo conjunto de textos verbais que compõem a constituição e suas leis complementares, como também pela mentalidade letrada da sociedade ocidental. Desse modo, as respostas políticas do Estado frente aos desafios impostos pelo governo da sociedade refletem os valores intelectuais e culturais adquiridos com o letramento geral, em cuja base se encontram a linearidade e a sequencialidade da narrativa verbal pela qual se traduz a ordem social; a verticalização das regências gramaticais e a hierarquia de valores culturais e de estratos sociais se equivalem; a universalidade da aplicação das leis pode ser entendida a partir da descontextualização objetiva da descrição textual – todos são iguais perante a lei; a idealidade dos conceitos está embutida na descrição dos casos legais; a lógica gramatical atua como suporte da racionalidade e da veracidade dos procedimentos estatais; e a isonomia sintática serve como pressuposto de mecanismos administrativos generalizantes.

A lei, base conceitual da existência do Estado moderno, é um tipo específico de discurso verbal, “uma espécie de organização de linguagem que não significa outra coisa senão sua própria conclusão. O [signo] interpretante do texto, que se produz na mente do receptor, já está expresso no texto mesmo: é a sua conclusão. No caso, portanto, a única possibilidade de interpretante que o discurso [da lei] desperta é a aceitação da conclusão por parte do receptor.” (SANTAELLA, 2001, p. 362).

A lei (que estrutura e dá forma ao Estado moderno) é um texto verbal polarizado pela lógica, que se fundamenta na interpretação literal positiva, assim como na etimologia da palavra e pelas regras gramaticais que permitem constituir um cenário ideal, de aplicação universal, de maneira que possa ser generalizado o bastante para realizar a promessa de imparcialidade perante um julgamento. Ou seja, a lei enreda e encerra o pensamento jurídico na esfera da interpretação verbal, descolando o ato em julgamento do contexto de sua geração. Isso não é errado, porque é preciso abstrair os motivos da ação para melhor julgar sua motivação e seu contexto. Entretanto, como a linguagem não é a realidade, mas sua representação, perde-se na interpretação a maior parte do entendimento do fato.

O juiz deve fazer uma interpretação gramatical, lógica e histórica da lei. Mas, enquanto a gramática é o conjunto de regras que rege a posição relativa dos signos

verbais na oração, a lógica e a história também são frutos do texto verbal, na medida em que se revelam ao leitor, respectivamente, por meio da sintaxe e da causalidade linear. Desse modo, gramática, lógica e história não são instâncias essencialmente diferentes, porém facetas do mesmo poliedro da linguagem verbal.

Conclusão

Assim, podemos dizer sem exageros que, para o bem e para o mal, o impresso nascido com Gutenberg (como um complexo sistema midiático de comunicação da linguagem verbal) é, justamente, uma das mais importantes causas que conduziram aos fenômenos culturais e históricos forjadores da modernidade. Causa que ainda produz seus efeitos mesmo atualmente, quando outros conhecimentos, pensamentos e ideias baseados em outras linguagens e mídias emergem da cibercultura.

Notas

* Marcos Henrique Camargo Rodrigues é doutor em Artes Visuais pelo Instituto de Artes da UNICAMP (2010). Atualmente é professor da Faculdade de Artes do Paraná – UNESPAR/FAP, onde leciona Estética, Semiótica e Análise da Linguagem Cinematográfica. Tem experiência na área de Comunicação, Semiótica e Linguagens, com ênfase em Midialogia, atuando principalmente nos campos: publicidade, mídia, aprendizagem midiática, semiótica geral, retórica, teoria da comunicação e estética. E-mail: marcoshcamargo@yahoo.com.br

Referências

BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANGUEL, A. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

McLUHAN, H.M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 2003.

ONG, W. **Oralidade e cultura escrita**. Campinas: Papirus, 1998.

SANTAELLA, L. **Matrizes da linguagem e pensamento**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2001.

SANTAELLA, L., NÖTH, W. **A imagem**. São Paulo: Iluminuras, 2005.

Recebido em: maio de 2012.

Aprovado em: julho de 2012.